



ROSA LUXEMBURGO: UM ENCONTRO ENTRE FEMINISMO E MARXISMO?

ROSA LUXEMBURGO: A MEETING BETWEEN FEMINISM AND MARXISM?

*Ladyjúlia Cordeiro Vieira

**Orientação: Daniela Rezende

Recebido em: 05/06/2021

Aceito em: 17/10/2021

Resumo

O presente artigo tem como intuito apontar os elementos fundamentais do feminismo marxista encontrados nas obras de Rosa Luxemburgo. Por meio de uma revisão bibliográfica atravessada pela noção de afinidades eletivas – Wahlverwandtschaft, conceito trabalhado por Weber (2013 [1930]) – analisamos Escritos sobre Mulheres (1902 – 1914): Uma Questão Tática, Discurso à Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, Sufrágio feminino e luta de classes e A Mulher Proletária, a partir de lentes que são ou partem de princípios do feminismo marxista, considerando principalmente as contribuições de FEDERICI (2017) e BHATTACHARYA (2013). Isto nos permitiu observar que Luxemburgo não apenas contribuiu para um caráter mais democrático e libertário ao movimento socialista, como também se atentou ao movimento das mulheres trabalhadoras, fazendo convergir ações e teorias ao encontro de um processo de construção e consolidação do feminismo marxista. Assim, ao mobilizar documentos de Luxemburgo, ressaltando suas lutas e personalidade, argumentamos que, ainda que a autora seja reconhecida mais por sua contribuição ao marxismo que ao feminismo, é possível encontrar em sua obra aportes do feminismo marxista.

PALAVRAS-CHAVE: Rosa Luxemburgo. Movimento de mulheres. Movimento Socialista. Feminismo marxista..

Abstract

This paper aims to indicate the fundamental elements of marxism feminism that were find in Rosa Luxemburgo's works. Through a documental research crossed by the view of elective affinities – Wahlverwandtschaft, concept used by Weber (2013 [1930]) – We lean ourselves over the Writings on Women (1902-1914): A Tactical Question, Address to the International Socialist Women's Conference, Women's Suffrage and Class Struggle e The Proletarian Woman, by marxism feminism's lenses or principles that originate from it, considering mostly FEDERICI (2017) and BHATTACHARYA (2013)'s contributions. This allowed us to observe that Luxemburgo not only contributed to a more democratic and libertarian character in the socialist movement, but also made an end of the working women's movement, converging actions and theories towards a process of construction and consolidation of feminism. By mobilizing Luxemburgo documents, emphasizing her struggles and personality, We argue that, even though the author is recognized more for her contribution to marxism than to feminism, it is possible to find in her work contributions of marxist feminism.

KEY WORDS: Rosa Luxemburgo. Women's Movement. Socialist Movement. Marxist Feminism.



1 Introdução

O presente artigo dedicou-se aos escritos políticos e à vida de Rosa Luxemburgo a fim de investigar se, para além de representante do movimento socialista, a autora poderia ser considerada como um símbolo do movimento feminista. Apesar de reconhecermos que este movimento só se consolidaria posteriormente e que o papel desenvolvido pela autora na causa socialista fosse muito maior, argumentamos que a atuação de Luxemburgo no movimento de mulheres trabalhadoras forneceu elementos concretos para a consolidação do movimento feminista; especialmente, do feminismo marxista.

Como temos o intuito de debater essa questão sem abordá-la de forma anacrônica, partimos de uma análise documental atravessada pela noção de afinidades eletivas – *Wahlverwandtschaft* (WEBER, 2013 [1930]) [1]. Originado na alquimia e entendido como afinidade ou “força em virtude da qual duas substâncias diversas ‘se procuram, unem-se e se encontram’ em um tipo de casamento” (LÖWY, 2011: 130), esse conceito aqui será utilizado como metodologia de análise para investigar as aproximações entre o marxismo de Rosa Luxemburgo e o movimento de mulheres trabalhadoras.

Rosa Luxemburgo foi uma judia-polonesa que se dedicou por inteiro à luta de classes desde que entrou, aos 15 anos, para o movimento revolucionário. Viveu 47 anos (5 de março de 1871 -15 de janeiro de 1919), 32 deles dedicados à revolução socialista. Por isso, indicamos “o marxismo de Rosa Luxemburgo” como uma corrente marxista distinta das outras – assim como a de Lênin ou Trótski, por exemplo –, já que a atuação direta da autora contribuiu para que o processo da emancipação

humana fosse elaborado por outras esferas, com as suas particularidades teórico-práticas (FRÖLICH, 2019 [1949]).

Paul Frölich (2019 [1949]), o primeiro autor a escrever uma biografia sobre a autora, evidencia que para ela “o socialismo não era apenas uma esperança, mas a meta de uma vontade indômita de agir. Por isso estava disposta a levar o conhecimento até às últimas consequências” (FRÖLICH, 2019 [1949]: 199). E assim, o fez. Dedicou-se inteiramente à teoria e prática revolucionárias (LOUREIRO, 2005). Combateu a burguesia, reformistas e contrarrevolucionários, contra a guerra e o militarismo, envolvida nas mais diversas áreas de conhecimento, destinou-se inteiramente a estudar as contradições internas do sistema e apoiava-se firmemente na convicção de que apenas a supressão do capitalismo seria capaz de ofertar a transformação social que levaria a plena liberdade a todos e todas. Por todos esses motivos foi assassinada pela contrarrevolução, pela classe burguesa e por intelectuais traidores da social-democracia (FRÖLICH, 2019 [1949]).

Suas principais obras foram *Reforma ou Revolução?* (1900) e *A Acumulação do Capital* (1913), mas, “movidada pelo forte impulso de pesquisar a fundo as causas dos fenômenos sociais” (FRÖLICH, 2019 [1949]: 198), empenhou-se na escrita de inúmeros artigos, cartas e livros. Por esse fato, também não são raros os escritos que se dedicam à vida da autora e à organização de compilados de seus textos políticos.

Destarte, durante a realização desta pesquisa, enquanto buscávamos escritos específicos sobre a questão das mulheres, um livro organizado por Peter Hudis (2004) e Kevin Anderson (2004) nos forneceu quatro artigos que



se tornaram nosso objeto empírico. A leitura e estudo dos textos *Uma Questão Tática* (1889), *Discurso à Conferência Internacional de Mulheres Socialistas* (1907), *Sufrágio feminino e luta de classes* (1912) e *A Mulher Proletária* (1914) foram responsáveis pelas questões geradoras do debate a que aqui nos dedicamos: para além de uma forte representação do movimento socialista, Rosa Luxemburgo poderia ser considerada uma feminista? E, além, poderia também ser uma das propulsoras dos elementos que mais tarde se consolidariam como princípios do feminismo marxista?

Assim, nos interessa identificar as convergências e adaptações entre o marxismo de Luxemburgo e o feminismo, procurar se existem princípios que exerçam influência de um sobre o outro e relatar fatores internos e externos [2] entre eles que possibilitem efetivar essa aproximação. Com esse objetivo, articulamos este artigo em torno de quatro eixos principais: as teorias centrais da autora, a relação entre marxismo e feminismo, a conceituação da metodologia de afinidades eletivas e, por fim, a análise das obras em perspectiva aos elementos que possibilitariam a associação de afinidades do marxismo e do feminismo. Nas considerações finais, apontamos quais foram os elementos encontrados e quais as aproximações que demonstram suas convergências e conformidades.

2 O marxismo de Rosa Luxemburgo e o feminismo marxista

2.1 Teoria da Espontaneidade e Greve de Massas

Em 1906, Rosa Luxemburgo redigiu *Greve de*

massas, partidos e sindicatos, livro em que expôs “sua opinião sobre formas de ação e métodos, sobre a tática multiforme de luta da classe trabalhadora” e se ocupou em entender “a relação entre a luta cotidiana e a realização do socialismo” (FRÖLICH, 2019 [1949]: 148). Seguidora leal da lei marxista do desenvolvimento industrial, Luxemburgo se apoiava no argumento de que os antagonismos de classe e as contradições do sistema capitalista caminhavam em uma única direção: a necessidade histórica do socialismo (LUXEMBURGO, 2015 [1900]).

Com o objetivo da supressão da produção capitalista, a autora afirmava que apesar de não ser a única razão, “o modo ‘injusto’ de repartição do regime capitalista [é] a causa direta que arrasta as massas populares para o movimento social-democrata” (LUXEMBURGO, 2015 [1900]). A partir disto, a atuação das grandes massas seria “o meio específico do proletariado em tempos de fermentação revolucionária” (FRÖLICH, 2019 [1949]: 142). Tomada pelo corpo da revolução, essa fermentação se desdobraria nos mais diversos tipos de greves, tudo a depender do desenvolvimento da história.

A greve de massas é apenas a forma da luta revolucionária, e todo deslocamento na correlação das forças em luta, no desenvolvimento do partido e na divisão de classes, na posição da contrarrevolução, tudo isso logo influencia a ação da greve por milhares de caminhos quase incontroláveis. (LUXEMBURGO, 1906 apud FRÖLICH, 2019 [1949]: 149).

Esse trecho nos remete diretamente a sua Teoria da espontaneidade que, embora muito complexa, foi subestimada e inadequadamente interpretada. Indicar a espontaneidade histórica como uma agente capaz de causar uma explosão dos mais diversos tipos de greves,



presumir que “a massa é sempre aquilo que tem que ser, dependendo das condições do tempo, e está sempre pronta a tornar-se algo diferente do que parece” (LUXEMBURGO, 1917, apud, FRÖLICH, 2019 [1949]: 158), significa dizer que o movimento proletário é uma das engrenagens que compõem o sistema capitalista por inteiro. Por isso, a espontaneidade que seu corpo assume nada tem a ver com o acaso ou o destino, mas com os componentes concretos e históricos que indicam a mentalidade, maturidade e a força política de um determinado tempo. Como um elo orgânico, a luta se assume a partir de sua condição única e real, “não é a greve de massas que produz a revolução, mas é a revolução que produz a greve de massas” (FRÖLICH, 2019 [1949]: 15).

A Teoria da espontaneidade da autora não estaria, então, intrinsecamente ligada aos adventos espontâneos e muito menos, como foi acusada, à

Negação ou, pelo menos, diminuição condenável do papel do partido como líder na luta de classes, veneração acrítica da massa, superestimação dos fatores impessoais, objetivos, negação ou subestimação da ação consciente e organizada, automatismo e fatalismo do processo histórico. (FRÖLICH, 2019 [1949]: 155).

A unidade do povo produz a greve de massas, mas essa unidade só é consolidada se combinada com forças políticas, econômicas e sociais em um contexto histórico específico: o da revolução. Partido, sindicatos, cooperativas detêm poder e agência no processo (LOUREIRO, 2018), mas Rosa Luxemburgo afirma que eles não são protagonistas da emancipação proletária. Nesta perspectiva, o trabalho das massas, despertado pela revolução, tem como objetivo lutar contra a estrutura capitalista para a transformação radical do sistema,

visando a libertação geral. É isto o que Löwy (2014: 31) argumenta quando afirma que “Rosa Luxemburgo encontra precisamente o caminho capaz de transformar as lutas econômicas ou o combate pelo sufrágio universal em um movimento revolucionário geral.”

A liberdade, apesar de concreta apenas quando revolucionária, deve contar com a mediação de reformas sociais em prol de uma vida menos cruel ao povo trabalhador. Para Rosa Luxemburgo, as instituições democráticas mesmo que se apresentem como um mero instrumento dentro de um sistema capitalista (LUXEMBURGO, 2015 [1900]), perdem parte de seu controle social quando se confrontam com a participação ativa e com o direito ao sufrágio universal. Por esse motivo, há uma forte defesa ao sufrágio igualitário em seus escritos, o que nos remete diretamente ao começo da chamada primeira onda do feminismo[3], em que a pauta central se baseava no direito das mulheres ao voto.

Em razão disso, nos dedicaremos a um breve resgate histórico sobre a relação entre mulheres e o movimento socialista. Em primeiro lugar para explicitar de qual concepção do feminismo marxista aqui partimos e, em segundo, para concluir o que propomos como objetivo deste artigo: apontar quais os elementos desse feminismo podem ser desvendados no marxismo de Rosa Luxemburgo.

2.2 A relação entre feminismo e marxismo

Na segunda metade do século XIX, em meados dos anos 1860/1870, a questão da mulher ganha espaço no debate marxista. Karl Marx e Friedrich Engels contribuíram

para a formação teórica do que hoje conhecemos como feminismo marxista. Ao buscar compreender como a estrutura econômica e social se desdobrava de maneira desigual para homens e mulheres, os autores sugeriram que o primeiro antagonismo de classe, anterior à divisão entre o proletariado e a burguesia, deu-se entre homens e mulheres.

Em *A Origem da Família, da propriedade privada e do Estado*, Engels (2016 [1884]) expõe a situação de desigualdade entre os sexos, trata a igualdade social como um problema que somente seria resolvido “quando homem e mulher tiverem, por lei, direitos absolutamente iguais” (ENGELS, 2016 [1884]: 60) [4]. Isto porque a família monogâmica é uma das principais ferramentas da coerção entre os sexos, pois, assim como as outras instituições, possui o papel central na perpetuação da opressão de gênero e manutenção dos papéis sociais da mulher. O autor aponta que

“A primeira divisão do trabalho é que se fez entre homem e a mulher para a procriação dos filhos.” Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. (ENGELS, 2016 [1884]:79).

No prefácio à primeira edição de 1884, ele ainda argumenta que

De acordo com a concepção materialista, os fatores decisivos na história são, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, habitação e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie (ENGELS, 2016 [1884]: 8).

Há nos trechos acima uma breve menção ao que seria a reprodução social; a reprodução biológica da espécie e toda a responsabilização direcionada às pessoas que são responsáveis pelo trabalho reprodutivo: as mulheres. (ARRUZZA, 2020; BHATTACHARYA, 2020; FEDERI, 2019). Mas a reprodução social somente será entendida como um dos eixos principais de acumulação do capital, de definição e marcação de sujeitos anos à frente, com as teóricas que ou são feministas marxistas ou partem de princípios de um feminismo autônomo que se utiliza de bases marxistas. Silvia Federici (2017; 2019), que se encaixa nesse segundo caso, entende que “a família surgiu no período de acumulação primitiva também como a instituição mais importante para a apropriação e para o ocultamento das mulheres” (FEDERICI, 2017: 193).

No âmbito da família burguesa, o homem era a figura encarnada do Estado, responsável pelo disciplinamento dos subordinados (esposa e filhos): “dentro da família burguesa, a mulher perdeu muito de seu poder, sendo geralmente excluída dos negócios familiares e confinada a supervisionar os cuidados domésticos.” (FEDERICI, 2017: 193) “Enquanto na classe alta era a propriedade que dava ao marido poder sobre sua esposa e seus filhos, a exclusão das mulheres do recebimento de salário dava aos trabalhadores um poder semelhante sobre suas mulheres” (FEDERICI, 2017: 194).

Tendo em vista que apenas as atividades que geram um produto concreto e material, que contribuem diretamente para a produção de mais-valia são consideradas como produtivas, excluir as mulheres do âmbito do trabalho servia ao propósito de engendrar-las como não produtivas. O assim chamado patriarcado do

salário deveu-se ao propósito de quaisquer que fossem as atividades realizadas, fossem entendidas como um não-trabalho. Restringir as mulheres ao âmbito privado e as responsabilizarem pela reprodução social, fez com que atividades tipicamente femininas fossem admitidas como dons naturais e disponíveis, como características inerentes ao “ser mulher”.

Consequentemente, de um modo geral, as mulheres não foram somente privadas de ocupações assalariadas, mas da vida pública como um todo. Por meio de silenciamento, não reconhecimento e desvalorização do trabalho e da figura feminina, processo que foi ativamente acompanhado e apoiado pelo Estado, a exclusão das mulheres da esfera pública operou no sentido de fornecer “as bases necessárias para sua fixação no trabalho reprodutivo e para sua utilização como trabalho mal remunerado na indústria artesanal doméstica” (FEDERICI, 2017: 190).

A divisão sexual do trabalho que emergiu daí não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência em relação aos homens, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comandar o trabalho das mulheres. Dessa forma, a separação efetuada entre produção de mercadorias e reprodução da força de trabalho também tornou possível o desenvolvimento de um uso especificamente capitalista do salário e dos mercados como meios para a acumulação de trabalho não-remunerado (FEDERICI, 2017: 145-146).

Ocupar-nos sobre essa divisão bem estabelecida entre produção material e reprodução social é necessário para constituir o argumento de que a figura da dona de casa em tempo integral, a construção do ser feminino enclausurado no âmbito privado, tem como consequência também uma maior dificuldade na participação política

ativa das mulheres. Flávia Biroli (2016) tem como uma de suas hipóteses que

A divisão sexual do trabalho e as formas da construção do feminino a ela relacionadas fazem com que as mulheres, por serem mulheres, tenham menores chances de ocupar posições na política institucional e de dar expressão política, no debate público, a perspectivas, necessidades e interesses relacionados a sua posição social. Têm, com isso, menores chances também de influenciar as decisões e a produção das normas que as afetam diretamente. A cidadania das mulheres é, portanto, comprometida pela divisão sexual do trabalho, que em suas formas correntes converge em obstáculos ao acesso a ocupações e recursos, à participação política autônoma e, numa frente menos discutida neste estudo, à autonomia decisória na vida doméstica e íntima. (BIROLI, 2016: 722).

Assim, se entendemos que “as relações patriarcais estão presentes na sociedade capitalista, mas não formam uma lógica autônoma” (ARRUZZA, 2020: 64, tradução nossa), a estratégia para a emancipação deve partir diretamente de uma perspectiva anti-capitalista. Tithi Bhattacharya (2013) afirma que perceber a divisão entre as esferas da produção e reprodução nos ajuda a entender que quaisquer ganhos nos direitos de gênero que tenhamos, tanto na economia formal quanto fora dela, só podem ser temporários, porque a base material da opressão às mulheres está amarrada ao sistema como um todo. Qualquer conversa sobre o fim da opressão e sobre a libertação, então, precisa lançar mão de uma conversa simultânea sobre o fim do sistema em si (BHATTACHARYA, 2013: 104).

Definimos, então, feminismo marxista como uma corrente que reconhece que ao concretizar institucionalmente a separação estrutural entre produção econômica e reprodução social, possibilitou-



se uma estrutura de diferenciação entre um trabalho produtivo, que cria mais-valor ao Capital e um trabalho não-produtivo (reprodutivo), que sequer é considerado como trabalho, mesmo que forneça a base de reprodução do sistema: a força de trabalho humana.

Ao contrário das feministas materialistas francesas que partem de uma teoria dual do sistema[5], o feminismo marxista que aqui defendemos[6] reconhece que a opressão de gênero é anterior ao capitalismo, mas identifica que esta foi transformada radicalmente pelo Capital com o propósito de instituir-se de um mecanismo de subjugação da reprodução social à produção material (ARRUZZA, 2020), resultando no fato de que as esferas de opressão, sejam elas de raça, classe ou gênero, não formam redes de exploração autônomas que por vezes relacionam entre si. Mas, sim, são esferas altamente reguladas pelo Estado capitalista. Logo, qualquer tática relacionada à emancipação deve estar aliada inevitavelmente à luta anticapitalista (BHATTACHARYA, 2013).

Portanto, procuramos demonstrar alguns aspectos do feminismo marxista para que seja possível apontar suas concordâncias com os fundamentos da luta de Rosa Luxemburgo dentro do movimento socialista e do movimento de mulheres trabalhadoras. Para isto, porém, é necessário explicitar de que modo essas convergências podem ser notadas e concretamente aproximadas.

3 Afinidades eletivas entre feminismo e marxismo em Rosa Luxemburgo

Ao introduzir o marxismo de Rosa Luxemburgo e contextualizar o feminismo marxista com a apresentação

de suas pautas centrais, procurar as afinidades eletivas entre ambos torna-se uma tarefa menos árdua. Investigaremos a seguir essas relações que dependem de um grau de adequação com especificidades de contexto histórico para se concretizarem. Sobre a percepção de que de elementos comuns a diferentes agentes históricos (tempo, natureza, sistema, humano) podem surgir uma relação de afinidade eletiva, contribuindo para a possibilidade dessa existência concreta com uma construção mútua, em que distintas perspectivas teóricas “se adaptam ou se assimilam reciprocamente [...], até que, ‘finalmente, o desenvolvimento de uma íntima e sólida unidade se instaura” (LÖWY, 2011: 137).

Serão apresentados escritos da autora e sobre ela, experiências relatadas e publicações em revistas. Documentos, de forma geral, serão apropriados em prol de compreender e demonstrar os traços que permitem associar como a influência da autora na construção de um marxismo mais democrático e libertário e sua atuação no movimento de mulheres trabalhadoras resultaram no fortalecimento de princípios feministas, que consolidariam adiante elementos do feminismo marxista. Com isto, em seguida, proponho-me a investigar se existe essa “atração recíproca, a escolha ativa e mútua de duas configurações socioculturais, conduzindo a certas formas de interação, de estimulação recíproca e de convergência” (LÖWY, 2011: 139).

Para além do material geral mobilizado nesta pesquisa, como já mencionado, foram selecionados como foco central os quatro textos: Uma Questão Tática (1889), Discurso à Conferência Internacional de Mulheres Socialistas (1907), Sufrágio feminino e luta de classes (1912) e A Mulher Proletária (1914). Tal escolha



se baseou no critério de que esses são os escritos de Luxemburgo voltados à questão das mulheres dentro do movimento socialista e possibilitam, portanto, relacionar os posicionamentos da autora aos princípios feministas. Ainda que uma resposta mais consistente ao problema de pesquisa proposto devesse considerar uma análise da totalidade da obra da autora, consideramos que a pesquisa poderia ser um ponto de partida interessante. Diante disto, estes textos serão individualmente explorados no intuito de demonstrar as particularidades de cada artigo e as afinidades eletivas presentes.

3.1 Uma Questão Tática (1889)

Em *Uma Questão Tática*, publicado em julho de 1899, Rosa Luxemburgo faz uma análise do contexto da Belgian [Social Democratic] Workers' Party, uma reunião entre social-democratas e liberais para discutir pautas comuns, sendo o sufrágio feminino uma delas. Mesmo depois de acordados, os interesses da social-democracia e, em particular, o interesse do movimento de mulheres foram atacados pelos liberais.

Os liberais estão dispensando o sistema de votação plural e aceitarão o sufrágio universal (um homem, um voto). Em troca, a Social-democracia terá que aceitar o sistema de voto proporcional como um método de votação constitucionalmente válido e dispensará a demanda do direito ao voto às mulheres e os métodos revolucionários na luta pelo direito de voto. (p. 233, tradução nossa).

O que se propunha ali era a quebra de um acordo em nome de um falso consenso. As mulheres que, naquele momento, já se incorporavam como um grupo ativo à vida pública e política, que trabalhavam e ocupavam espaços como agentes políticos, presenciavam a tentativa

de vetarem seu direito ao voto. Rosa Luxemburgo, como uma líder atuante no movimento socialista e representante das mulheres trabalhadoras, não via sentido em dispensar o sufrágio feminino. Naquela época que a igualdade social se baseava no direito ao voto como uma arma política democrática contra o capitalismo, a autora defendia firmemente que este direito deveria se estender às mulheres. Ela também argumenta que esse acordo havia sido elaborado e consentido em 1895 pelos representantes dos trabalhadores no parlamento e, em vista disso, não deveria estar novamente em discussão.

Não obstante, mesmo que o sufrágio feminino tenha sido negado naquele momento pelos membros presentes da reunião, esse não seria o fim e muito menos a derrota, pois “[...] a garantia da vitória não se baseia no apoio a prefeitos e senadores liberais hesitantes, mas na prontidão do combate das massas proletárias, não no parlamento, mas sim nas ruas.” (p. 234, tradução nossa). Para ela, estava claro que essa decisão não passava de uma questão tática.

Esse drama surpreendente mostra a lógica dos social-democratas belgas contra o sufrágio feminino. São exatamente esses mesmos argumentos usados pelo czarismo russo, os mesmos argumentos usados anteriormente pela doutrina alemã do direito divino para justificar a injustiça política: “O público não é maduro o suficiente para exercer o direito de voto”. Como se houvesse alguma outra escola de maturidade política para os membros do público, além do simples exercício desses direitos! (p. 235, tradução nossa).

Falta de maturidade e a ideia de que a mulher não pertencia ao lugar público não foram argumentos surpreendentes para Luxemburgo. A história se repete. Assim como o proletariado foi acusado de situação



prematura para assumir o poder político (LUXEMBURGO, 2015), era esperado que repetissem esse argumento contra as mulheres. Tudo isso representava a tentativa de, no primeiro caso, impedir que o proletariado chegasse ao poder e, no segundo, que as mulheres tomassem – formalmente – a vida pública e mergulhassem também na luta contra a burguesia.

Rosa Luxemburgo reafirmava que as mulheres não apenas se encontravam presentes na vida política, como já eram extremamente ativas e protagonistas em diversas das campanhas efetuadas em prol e pelo partido. E ainda assim, mesmo se não tivessem “o grau de maturidade necessário”, seria através da inserção na vida política e com a participação no processo revolucionário que desenvolveriam essa capacidade.

Como se a classe masculina trabalhadora não tivesse também aprendido a usar gradualmente a cédula como uma arma para defender os interesses da própria classe e ainda precisassem aprender isto! Pelo contrário, todo indivíduo de pensamento claro deve antecipar, mais cedo ou mais tarde, nada menos que uma poderosa ascensão do movimento operário com a inclusão de mulheres proletárias na vida política. (p. 236, tradução nossa).

Isso nos permite apontar dois aspectos essenciais nas obras de Luxemburgo. Um deles sendo que assim como para a luta feminista, para Rosa Luxemburgo a dimensão da experiência possuía um papel central. Todas as faculdades do ser humano são moldadas e contextualizadas dialeticamente pela experiência. Por isso, a autora defendia que entrar no turbilhão da vida política fortaleceria a consciência coletiva das proletárias. Com elas, toda revolta que por muito tempo fora contida, se espalharia, pois “também em sua vida política e social, um vento forte e fresco soprava com a

emancipação política das mulheres” e isso seria aquilo que “limparia o ar sufocante da atual vida familiar filistina que se irradia de maneira tão inconfundível, até mesmo para os membros do nosso Partido, trabalhadores e líderes.” (p. 236, tradução nossa) Já o outro aspecto se fundamenta no rompimento de paradigmas; contrariando o que se esperava das mulheres, Rosa Luxemburgo era símbolo de resistência e transgressão de estereótipos, revelando também o importante papel da representação.

Para além dessa defesa do sufrágio feminino, fato também presente na luta das sufragistas, Luxemburgo frisava principalmente a importância do voto para as mulheres trabalhadoras. Um vão enorme reside entre as condições de vida da mulher trabalhadora e da burguesa. Mesmo que as mulheres da burguesia tivessem desvantagem em relação aos homens burgueses, pois deles dependiam financeiramente, estas ainda usufruíam de uma posição favorável comparada à classe de mulheres trabalhadoras.

O movimento sufragista não se constituía como um movimento de liberação de todas as mulheres. Como um aspecto em consonância ao feminismo marxista, o marxismo de Rosa Luxemburgo reconhecia a disparidade e desvalorização que o trabalho feminino havia sofrido com a construção do sistema capitalista (FEDERICI, 2017), por essa razão, formado por mulheres brancas de classe média-alta e da burguesia, a luta sufragista ignorava as opressões que atingiam diretamente a vida de outras mulheres.

As mulheres trabalhadoras estavam envolvidas na vida pública tanto em razão de reivindicar seu direito ao voto e à participação política, quanto de se inserir



como sujeito político mulher, agente ativa, dotada de razão, autonomia e consciência de classe. É possível, então, afirmar que o foco da autora nas massas para uma libertação geral se aproxima do movimento feminista marxista ao mesmo tempo em que se distancia dos outros feminismos, na medida em que depende do despertar de uma consciência de classe e entendimento da situação concreta para ir à luta.

Neste sentido, traçar uma lógica de progresso mútuo e mobilizar o que Löwy (2011) elucida como um dos conceitos de afinidade eletiva: “a articulação, combinação ou união entre as partes, podendo resultar em algum tipo de ‘simbiose cultural’, em que as duas figuras, ainda que permanecendo distintas, estão organicamente associadas” (LÖWY, 2011: 139), torna-se viável. A libertação das mulheres, na concepção de Rosa Luxemburgo, deveria estar diretamente ligada à luta de classes, em uma via de mão dupla, o socialismo precisa das mulheres para fazer a revolução, tanto quanto as mulheres precisam do socialismo para a superação das estruturas impostas pelo sistema capitalista.

3.2 Discurso à Conferência Internacional de Mulheres Socialistas (1907)

Discurso à Conferência Internacional de Mulheres Socialistas (1907) é o segundo dos Escritos sobre Mulheres do livro *The Rosa Luxemburgo Reader*. Por ser a única membro do sexo feminino da organização, a autora se responsabilizava por representar e defender as pautas das mulheres trabalhadoras. Rosa Luxemburgo descreve que havia o interesse de mudar a sede do Movimento das

Mulheres para a cidade de Bruxelas. Mas, mesmo que houvesse interesse de filiação à Segunda Internacional, ela defendia que se naquela época a Alemanha era o centro do movimento internacional de mulheres, não faria sentido mudar a sede para Bruxelas.

Para Luxemburgo, o que tinha maior importância do que a mudança era o fortalecimento. Ela afirmava que “[...] somente quando tivermos sorte e nos tornamos um centro de autoridade moral, que é capaz de despertar interesse o suficiente dentro dos países filiados, teremos um centro mais viável e ativo para o movimento socialista.” (p. 237, tradução nossa). Para isto, ela propunha “primeiramente, [...] mudarmos para a Alemanha; segundo, para Stuttgart; e terceiro para o escritório editorial de *Gleichheit*” (p. 237, tradução nossa). Afirmava que “o desejo de deslocar o departamento do movimento das mulheres trabalhadoras para Bruxelas apenas demonstra o desconhecimento de toda a situação.” (p. 237, tradução nossa). Isso se confirmaria em 9 de março de 1916, quando em uma declaração a sua amiga Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo declara o sucesso das manifestações em Berlim

Você sentiria uma alegria enternecida com essas mulheres. Fui saudada pelo presidente com a declaração de que a manifestação no dia 18 foi feita de maneira espontânea, graças à iniciativa das próprias mulheres de Berlim para saudar “aquela que nos fazia falta, porque ela diz francamente aos dirigentes partidários uma palavra severa, porque ela é alguém que as altas esferas do partido preferem ver indo para a prisão que saindo dela”. (LOUREIRO, 2018: 205).

3.3 Sufrágio feminino e luta de classes (1912)

O texto *Sufrágio Feminino e luta de classes* é

introduzido com duas perguntas: “Por que não existem na Alemanha associações de mulheres trabalhadoras? Por que ouvimos tão pouco sobre o movimento de mulheres trabalhadoras?” (p. 237, tradução nossa). Essas perguntas se referiam ao fato de que

Antigamente, nos bonitos tempos do absolutismo anterior à 1848, era costumeiro dizer sobre todo o povo trabalhador, que este “ainda não seria maduro” para exercer direitos políticos. Hoje isso não pode ser dito sobre as mulheres proletárias, já que estas já comprovaram sua maturidade para o exercício de direitos políticos. Obviamente todos sabem, que sem elas, sem ajuda das proletárias, a Social-democracia nunca teria conquistado sua vitória brilhosa no dia 12 de janeiro, que conquistaram 4,25 milhões de votos (p. 239, tradução nossa).

O movimento passava por um despertar político. As mulheres trabalhadoras, apesar de serem privadas do direito de ser organizar no Parlamento, se reuniam em assembleias e se engajavam em lutas políticas. E mesmo que fossem acusadas de imaturas e terem que “se sustentar pelo voto masculino” (p. 238, tradução nossa), para Luxemburgo, era inevitável que o direito ao voto fosse conquistado.

Graças ao aproveitamento do direito à organização e reunião, as mulheres proletárias atuavam na parte mais viva da vida parlamentar, que se conquista na disputa eleitoral. E agora é apenas uma continuidade inquestionável, somente o resultado lógico do movimento, que hoje: Exigimos o voto feminino! (p. 239, tradução nossa).

É neste artigo também que a autora elabora algumas passagens que se aproximam da construção do conceito e da separação do que se entende como trabalho reprodutivo e trabalho produtivo. Podemos observar, respectivamente, a elaboração dessa separação no feminismo contemporâneo de Silvia Federici (2017) e de Rosa Luxemburgo:

No novo regime monetário, somente a produção para o mercado estava definida como atividade criadora de valor, enquanto a reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico e, inclusive, deixou de ser considerada um trabalho. [...] a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificada como uma vocação natural e sendo designada como “trabalho de mulheres”. Além disso, as mulheres foram excluídas de muitas ocupações assalariadas, e, quando trabalhavam em troca de pagamento, ganhavam uma miséria em comparação com o salário masculino médio. (FEDERICI, 2017: 145).

Como produtivo vale, enquanto durar o domínio do capital e o trabalho assalariado, só o trabalho que produz mais valia, que produz lucro capitalista. Deste ponto de vista, a bailarina do espetáculo secundário, que com seu negócio e suas pernas consegue um lucro para os bolsos, é uma trabalhadora produtiva, enquanto toda a labuta das mulheres e mães do proletariado entre as quatro paredes de sua casa é considerada atividade improdutivo. Isso soa bruto e insano, mas corresponde exatamente à brutalidade e à loucura da ordem econômica capitalista de hoje, e compreender esta realidade crua claramente é a primeira necessidade para as mulheres proletárias. (p. 241, tradução nossa).

A ênfase na diferença posicional entre mulheres burguesas e proletárias demonstra o reconhecimento de Luxemburgo à opressão de classe. MacKinnon (2016) reitera que Luxemburgo “subliminarmente reconhece que as mulheres extraem de sua posição de classe respectivos privilégios e restrições de sua associação com homens.” (MACKINNON, 2016: 809). Ela reconhece o privilégio da mulher burguesa comparada à mulher trabalhadora, sabe que esta segunda se desdobra tanto na manutenção dos filhos(as), marido e da própria casa, quanto no trabalho



fora dela. Em outras palavras, as mulheres trabalhadoras se ocupam tanto da reprodução social, quanto do trabalho reconhecido como produtivo pelo Estado. Entretanto, em seguida, ela comenta:

Não no sentido de que estas ajudam os homens com o trabalho doméstico, com o parco salário para garantir a existência diária da família e a criação dos filhos. Este trabalho não é produtivo no sentido da organização econômica capitalista atual, apesar dos milhares de pequenos esforços que somam um enorme desempenho de sacrifício próprio e esforço. Mas é apenas um assunto privado do proletariado, sua sorte e benção, e justamente por isso puro ar para a sociedade atual (p. 241, tradução nossa).

Nesta perspectiva, Mackinnon (2016) complementa que ainda que Rosa Luxemburgo advertisse “que a mulher burguesa de sua época é ‘parasita de um parasita’, [...] falha em considerar o que tem em comum com a mulher proletária, que é escrava de um escravo.” (MACKINNON, 2016: 809). Ao elaborar e convocar a greve das massas como uma luta conjunta do proletariado e tratar os aspectos da reprodução social como “assunto privado”, Luxemburgo realça seus limites. Por uma questão tanto histórica quanto interpretativa, a autora não se atenta à diferenciação de privilégios dentro do próprio movimento proletário e nem se estende sobre a complexidade das esferas pública e privada. Essa compreensão só tomaria forma concreta através dos fundamentos do feminismo marxista anos à frente.

No entanto, sua atenção voltada majoritariamente à esfera pública e produtiva, pode ser entendida como um ponto de aproximação à visão de algumas feministas marxistas, tal como BHATTACHARYA (2013) que frisa fortemente a dimensão do gênero, mas ainda argumentam

que “as melhores políticas para promover os interesses da maioria das mulheres são também as mesmas políticas que cortam os lucros do capitalismo como sistema de produção” (BHATTACHARYA, 2013: 107). Esses elementos serão realçados no artigo que se segue.

3.4 A mulher proletária (1914)

Procurar afinidade eletiva entre estilos de vida de uma classe social e estilos de vida de movimentos políticos, nos permite questionar se, pela teorização de Luxemburgo, é possível falar sobre uma “articulação, combinação ou união entre as partes, podendo resultar em algum tipo de “simbiose cultural”, em que as duas figuras, ainda que permanecendo distintas, estão organicamente associadas” (p. 136, tradução nossa).

Neste artigo, de 1914, a autora se debruça sobre a questão específica da mulher trabalhadora e o cenário político da Alemanha: “hoje, a moderna proletária assalariada aparece no palco público como pioneira da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, do gênero feminino, a primeira pioneira em séculos” (p. 243, tradução nossa). Enfatiza-se não apenas o fato de que as mulheres já participavam ativamente da vida política, mas também que esse era o meio pelo qual elas se libertariam. Assim como Engels (2016 [1884]) propunha em *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* que a família monogâmica instaurou a supremacia masculina, a escravização de um sexo pelo outro (ENGELS, 2016 [1884]), Rosa Luxemburgo argumentava que

A mulher do povo teve de trabalhar pesado desde sempre. Na horda bárbara ela carrega o peso, coleta alimentos; no povoado primitivo, planta e mói o cereal, faz panelas; na Antiguidade, como escrava, serve os senhores e amamenta

os rebentos; na Idade Média, fiava para o senhor feudal. Mas, desde que existe a propriedade privada, na maioria das vezes a mulher do povo trabalha separada da grande oficina na produção social, ou seja, separada também da cultura, encurralada na estreiteza doméstica de uma pobre existência familiar. (p. 243, tradução nossa).

Ao escrever nos anos 1910 sobre essa divisão, uma possível influência pode ser sugerida na consolidação da Teoria da reprodução social, tema central do feminismo marxista. Ao frisar que “para a burguesa dona de propriedades, sua casa é o mundo. Para a mulher proletária, o mundo inteiro é sua casa, o mundo com sua tristeza e alegria, com sua crueldade fria e seu tamanho bruto” (p. 243, tradução nossa), a autora se aproxima fortemente da construção de um feminismo proletário, com a concepção tanto de seu papel na esfera da produção, diferenciando, mesmo que de modo superficial, os papéis de homens e mulheres, quanto o fato de que entre as próprias mulheres é possível estar em posições diferentes de privilégios. Ela ainda acrescenta:

A proletária precisa de direitos políticos, pois exerce a mesma função econômica que o proletário masculino na sociedade, se sacrifica igualmente para o capital, mantém igualmente o Estado, e igualmente sugada e subjugada por ele. Ela tem os mesmos interesses e, precisa, para sua defesa, das mesmas armas. Suas reivindicações políticas estão profundamente enraizadas no abismo social que separa a classe dos explorados da classe dos exploradores; não na oposição entre o homem e a mulher, mas na oposição entre o capital e o trabalho (p. 244, tradução nossa).

Embora reconheça essa subordinação à esfera privada, ainda não atenta-se à questão da mulher como uma questão também estrutural frente à luta contra o sistema

capitalista. Seguindo o marxismo ortodoxo, empenha-se na percepção de que o fim do capitalismo, como uma luta pautada unicamente na divisão do proletariado e da burguesia, seria o fim de todas as opressões. Esse fato, entretanto, não a impede de ser um símbolo para o movimento de mulheres trabalhadoras e, especialmente, de ser um chamado à revolução. “Proletária, a mais pobre dos pobres, a mais injustiçada dos injustiçados, vá a luta pela libertação do gênero das mulheres e do gênero humano do horror da dominação do capital” (p. 245, tradução nossa).

É a partir desses pontos relacionados que argumentamos que Rosa Luxemburgo contribuiu para a formação de elementos fundamentais do feminismo marxista. Isso não quer dizer que ela contemple totalmente os fundamentos atuais, seja por questões de desenvolvimento e contexto históricos ou por sua maior dedicação ao movimento socialista da época. Entender essa relação de forma histórica e dialética, não diminui o papel da autora nessa construção. Quando Rosa Luxemburgo fala sobre o processo revolucionário é explícita a sua visão de inclusão da mulher na luta política. Na proletária, ela enxerga uma agente fundamental na luta conjunta pela revolução socialista e, por consequência, a libertação das opressões que configuram ao povo papéis sociais específicos. Adentrar a questão da mulher nas suas obras nos permite refletir sobre esse seu lado feminista.

4 Considerações Finais

Rosa Luxemburgo viveu pela revolução. Por meio de sua história de vida e de seus escritos, argumentamos que, através de uma análise que associe a evolução da luta das mulheres trabalhadoras ao movimento socialista,



é possível identificar elementos característicos do feminismo marxista em suas obras. Nos atentamos aos elementos presentes que revelam não apenas a militante e teórica socialista, mas também a feminista, mesmo que em sua maioria, seus aspectos marxistas se sobressaíam.

Por essa lógica, podemos apontar alguns elementos que possibilitaram confirmar a hipótese inicial. No que se refere às condições históricas, enxergamos a autora como uma representante do movimento socialista e do movimento de mulheres trabalhadoras. Sua atuação anticapitalista perpassa as dimensões de classe e gênero como um meio concreto e dialético em direção à libertação geral. Seja em cima dos palanques ou em sua obra teórica, as reivindicações por reconhecimento do papel ativo das mulheres, pelo sufrágio feminino e pela ação política se fazem marcantes.

Referente à compatibilidade de causas, a obra de Rosa Luxemburgo apresenta afinidade eletiva com o feminismo marxista quando ambos lutam pela questão da mulher adentrando o recorte de classe. O feminismo da autora se desvincula do movimento das sufragistas por reconhecer a disparidade entre as mulheres proletárias e burguesas e por entender o sufrágio feminino de formas distintas. Enquanto para as sufragistas a conquista do sufrágio era o fim da luta política, para Luxemburgo, aliada às mulheres trabalhadoras, o sufrágio feminino era um dos instrumentos para o objetivo final; a transformação total em si.

Essa aproximação também nos dá margem para pensar sobre o envolvimento e a contribuição de Rosa Luxemburgo para a consolidação da Teoria da reprodução social. Embora de forma superficial comparada aos

elementos concretos que hoje fundamentam o feminismo marxista, a percepção de Rosa Luxemburgo sobre a diferença de papéis executados nos âmbitos privado e público e sua desigual responsabilização entre homens e mulheres apontam o começo do que posteriormente tomaria forma de um corpo social que agrega feminismo e marxismo.

Além disso, há também a consolidação da ideia de que a emancipação social acontecerá através da revolução e pelas mãos das massas. Tanto Rosa Luxemburgo, quanto as feministas marxistas que aqui foram mobilizadas, partem do princípio de que qualquer luta que vise a libertação geral deve emanar de uma perspectiva anticapitalista. Tendo em vista que o sistema capitalista obteve sucesso ao institucionalizar as opressões, qualquer tática de superação deve estar direcionada a sua supressão como um todo.

Concluimos, então, que, assim como para a teoria de Rosa Luxemburgo, o feminismo marxista entende que qualquer estratégia de emancipação deve partir de elementos concretos no que tange tanto as dimensões de classe, quanto de gênero. A superação de opressões necessita dialeticamente do trabalho conjunto do povo trabalhador. Qualquer alternativa anticapitalista depende da ação de mulheres, na mesma medida que qualquer mudança estrutural que pretenda acabar com a opressão de gênero, necessita de uma política anticapitalista. Toda transformação provém da base. O fortalecimento da classe trabalhadora, a união e a greve de massas impulsionada pela revolução concretiza o caminho. Realçar esses elementos nos permite constatar que Rosa Luxemburgo, em diversos aspectos, é um encontro quase inevitável de feminismo e marxismo, uma simbiose que tem como seu

fim a revolução.

5 Notas

*Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa (UFV)

E-mail: cordeioladyjulia@gmail.com

**Professora Adjunta DCS/ UFV.

E-mail: danielal.rezende@ufv.br

[1] Löwy (2011) aponta que, embora tenha sido adaptado a diferentes contextos, com Max Weber (2013 [1930]), o termo *Wahlverwandtschaft* (afinidades eletivas) ganhou uma significação no âmbito sociológico. Usado como metodologia em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, pretendia-se analisar como duas configurações diferentes entre si (ética religiosa e comportamento econômico) eram análogas e convergentes, sendo capazes de se conectar interiormente, influenciando o desenvolvimento de um corpo mútuo (o capitalismo).

[2] Com “fatores internos e externos”, queremos nos referir tanto ao papel desempenhado por Luxemburgo nos movimentos socialista e de mulheres trabalhadoras, seus discursos e ações, quanto as bases e condições de luta e desenvolvimento das forças capitalistas pelas quais o feminismo marxista pôde se erguer.

[3] A primeira metade do século XX marca o início da primeira onda feminista, muito associada ao Movimento das Sufragistas. Com pautas voltadas à educação, participação política e ao voto, a igualdade social reivindicada pelas sufragistas partia de aspectos

meramente jurídicos. Acreditava-se que o reconhecimento legal levaria à emancipação. Esse movimento baseado em um único aspecto, o de gênero, fomentou a separação entre as mulheres que percebiam a necessidade de um movimento que abordasse também as opressões de raça e classe. (GARCIA, 2011; DAVIS, 2016)

[4] Engels (2016 [1884]) embora forneça bases teóricas para o desenvolvimento do feminismo dentro do marxismo, ao reivindicar igualdade formal entre os sexos, se aproxima de preceitos liberais, talvez, nesse sentido, se aproximando do feminismo liberal. O feminismo marxista, com alguns rascunhos de Rosa Luxemburgo demonstrados ao longo do texto, adentram essa questão e estabelecem uma maior complexidade sobre o tema.

[5] Feministas materialistas francesas, como Danièle Kergoat, partem de uma Teoria dual do sistema: entende-se que as explorações se encontram eventualmente, mas são de lógicas autônomas e independentes entre elas mesmas, “o que significa dizer que por um lado temos relações de exploração sexuais e, por outro, relações capitalistas de exploração. E, nas versões mais recentes das materialistas francesas, um terceiro tipo de relações que são as de exploração de raça” (ARRUZZA, 2020; BHATTACHARYA, 2020, p. 64, tradução nossa)

[6] Ainda que nos referimos ao feminismo marxista no singular, consideramos importante frisar que, como toda teoria, ele possui suas particularidades, a depender da autora e do ponto de vista o qual é lido. Isso, porém, não nos impede de realizar um processo de abstração em busca

de termos comuns que nos permita fazer a análise a qual nos propomos.

6 Referências

- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. Teoría de la Reproducción Social. Elementos fundamentales para un feminismo marxista. *Archivos*, año VIII, nº 16, 2020.
- BHATTACHARYA, Tithi. **O que é a teoria da reprodução social?** Trad. Máira Mee Silva e revisão técnica de Mariana Luppi. *Socialist Worker*. 2013.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, [1981] 2016.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder; Aparecida Maria Abranches. 3a ed. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2016 [1884].
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad. coletivo Sycorax. São Paulo: Elente, 2017.
- FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Trad. coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.
- FRÖLICH, Paul. **Rosa Luxemburgo: pensamento e ação**./ Nélcio Scheneider, ica Ziegler.-1.ed.-São Paulo: Boitempo; Iskra, 2019 [1949].
- GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.
- LOUREIRO, Isabel (org.). **Rosa Luxemburgo: cartas**. Trad: Mário Luiz Frungillo, Grazyna Maria Asenko da Costa, Pedro Leão da Costa Neto. Vol. 3. 3.ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- LOUREIRO, Isabel (org.). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**. Trad: Stefan Fornos Klein. Vol. 1. 3.ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- LOUREIRO, Isabel (org.). **Rosa Luxemburgo: vida e obra**. 5.ed. -São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- LOUREIRO, Isabel (org.). **Socialismo ou Barbárie: Rosa Luxemburgo no Brasil**. São Paulo, Instituto Rosa Luxemburg Stiftung. Estação das Artes- 2.ed. 2009.
- LÖWY, Michael. Sobre o conceito de “afinidade eletiva” em Max Weber. Trad. Lucas Amaral de Oliveira; Mariana Toledo Ferreira. **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.17.2, 2011, pp.129-142.
- LÖWY, Michael. A centelha se acende na ação: a autoeducação dos trabalhadores no pensamento de Rosa Luxemburgo. **Educação e Filosofia Uberlândia**, v. 28, n. 55, pp. 27-38, jan./jun. 2014.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** Tradução de Livio Xavier. -3.ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2015 [1900].
- LUXEMBURGO, Rosa. **A revolução Russa**. Trad: Isabel Loureiro– São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017. p. 124.
- MACKINNON, Catharine, A. Feminism, Marxism, Method, and the State: An Agenda for Theory. Tradução: Juliana Carreiro Avila; Juliana Cesario Alvim Gomes. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 15, 2016, pp. 798-837.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. pp. 17-30/147-152
- PETER HUDIS and KEVIN B. ANDERSON (orgs). The Rosa Luxemburg Reader. Edited by Ed. Monthly Review Press. 1 de Fevereiro de 2004. **Writings on Women, 1902-1914**, pp. 233-245
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. Mário Moraes. São Paulo: Martin Claret, 2013 [1930].